



22-09-2007

Bispos **furiosos** com Governo



Ministro da Saúde impôs limites à acção dos padres nos hospitais

OS BISPOS portugueses estão furiosos com as novas regras impostas aos padres, nos hospitais, pelo ministro da Saúde. Segundo o novo regulamento, os padres só podem falar com os

doentes durante a hora das visitas e a sua presença tem de ser solicitada por escrito pelo doente. Para a Igreja Católica, isto configura uma medida claramente anti-clerical. » Pág. 16

Saúde irrita bispos

Igreja critica novas ideias do ministro para a assistência religiosa nos hospitais

OS BISPOS estão indignados com o Governo e classificam como «**ínaceitável**», em particular, o comportamento do Ministério da Saúde.

Em causa está o regulamento da assistência religiosa nos hospitais, cujo projecto, feito no gabinete do ministro Correia de Campos, limita consideravelmente a possibilidade de intervenção dos bispos católicos junto dos doentes. «**O documento que recebemos tem aspectos ridículos e só pode ter sido feito por uma pessoa que não percebe nada do que se passa nos hospitais nesta**



D. José Pollicarpo recebeu de Sócrates a garantia de que tudo seria feito em consenso

BAO/FE WISE



22-09-2007

matéria», disse ao *SOL* D. Carlos Azevedo, secretário da Conferência Episcopal.

A indignação dos bispos foi, aliás, tornada pública há dez dias, num comunicado divulgado através da Ecclesia, a agência oficial da Igreja Católica. A Conferência Episcopal reuniu o seu Conselho Permanente, no último dia 11, e este foi o principal assunto discutido.

Os bispos contestam o facto de a proposta de regulamento da assistência religiosa nos hospitais incluir, entre outras coisas, a obrigação do doente manifestar por escrito o desejo de ter acompanhamento religioso, tendo, ainda, de identificar o seu credo, no momento em que é internado. «**o doente pode não estar em condições de solicitar a assistência religiosa**», lembra D. Jorge Ortiga, presidente do Conselho Permanente da Conferência Episcopal.

Outras das críticas dos bispos tem a ver com o facto de a assistência religiosa ficar restringida aos horários das visitas. Além disso, «**não faz sentido que se queira que uma pessoa de Torres Vedras, sendo internada em Lisboa, seja assistida pelo pároco**» daquela cidade, explicou ainda Carlos Azevedo.

Saúde muda de ideias

As queixas dos bispos não têm apenas a ver com o conteúdo da proposta sobre a assistência nos hospitais. O problema é que o Ministério da Saúde andou a negociar este documento, durante mais de um ano, com representantes da Igreja Católica, tendo chegado a uma proposta consensual, que recebeu inclusive o parecer positivo da Comissão da Liberdade Religiosa - quando esta ainda não era dirigida por Mário Soares, que só foi nomeado em Agosto.

Na sequência desse processo negocial, que foi dirigido pelo gabinete da secretária de Estado da Saúde, Carmen Pignatelli, os representantes máximos da Igreja Católica portuguesa encontraram-se com o pri-



22-09-2007

meiro-ministro, José Sócrates, tendo, também aí, ficado acertada a solução de consenso. Sócrates chegou mesmo a afirmar que **«por razões pessoais, sabia da importância do acompanhamento espiritual dos doentes»**, contou D. Carlos Azevedo.

Esta reunião com Sócrates realizou-se no passado dia 12 de Julho. Menos de quinze dias depois, porém, a Conferência Episcopal recebeu do gabinete do ministro da Saúde uma proposta de regulamento da assistência aos hospitais, que, afinal, nada tinha a ver com o documento negociado com a secretária de Estado Carmen Pignatelli.

«Fomos surpreendidos com isto. Até porque estávamos de férias e pediam-nos um parecer em 15 dias, o que era difícil por os membros dos nossos órgãos colegiais não estarem cá», lembrou D. Jorge Ortiga. Apesar disso reuniu com o o coordenador das capelanias dos hospitais – o capelão José Nuno, que participara nas negociações para a primeira proposta – e conseguiu elaborar um parecer de 26 páginas, rebatendo as regras **«inaceitáveis e incancebíveis»** propostas pelo Ministério da Saúde. O gabinete de Correia de Campos confirmou ao SOL ter pedido dois pareceres à Comissão de Liberdade Religiosa sobre este assunto, explicando, apenas, que isso terá acontecido **«para verificar se as sugestões por ela feitas foram bem acatadas»**, disse fonte oficial.

Capelães em Risco

OS SACERDOTES católicos são os únicos representantes de confissões religiosas com vínculo laboral ao Estado. É assim nos hospitais, nas polícias, nas Forças Armadas e nas prisões – ou seja, recebem um ordenado e cumprem horário.

A presença dos capelães nestes serviços públicos, porém, já há muito que não vincula a assistência religiosa apenas à Igreja Católica. Os hospitais, por exemplo, já asseguram, de uma maneira geral, a pre-



22-09-2007

sença de um representante de outra confissão religiosa sempre que um doente o solicita.

Aliás, já antes da aprovação da Lei da Liberdade Religiosa, a Igreja Católica tinha começado a sentir esta perda de exclusividade, havendo hoje cada vez mais quem defenda o fim do próprio vínculo laboral ao Estado. Por razões orçamentais, o Hospital da Feira – que é gerido de acordo com regras empresariais – desistiu de ter capelão e serviço religioso permanente, poupando os cerca de 1200 euros que o padre ganharia por mês.

Hoje, é consensual a abertura a todas as confissões religiosas nos serviços públicos, inclusive nos hospitais, como realçam os bispos católicos.

«O que está em causa não é se a Igreja está ou não nos hospitais, mas se os doentes têm ou não direito a receber assistência espiritual», afirma o padre Augusto Decima, um dos capelães do Hospital Curry Cabral, em Lisboa.

«A nossa luta é pelo direito à escuta da palavra de qualquer confissão religiosa», reforça o padre João Gonçalves, coordenador dos capelães das prisões, que adianta: **«As prisões são um exemplo disso. Há muito tempo que há uma grande abertura. Há outras confissões com um trabalho muito regular nos estabelecimentos prisionais»**.

Num parecer emitido pela Comissão da Liberdade Religiosa ao primeiro documento feito pelo Ministério da Saúde, ainda antes desta polémica estalar, é referido que, **«a nível nacional, não nos parece que se encontre satisfeito da melhor forma a pluralidade e representatividade confessionais»**.

C.G./G.R.



22-09-2007

Defesa sem soluções

O MINISTÉRIO da Defesa está a estudar a forma de integrar representantes de várias confissões religiosas há cerca de seis meses, sem que ainda haja solução.

Neste Ministério, a questão é pacífica. O bispo das Forças Armadas, D. Januário Torgal Ferreira, realça a necessidade «**de abertura a outras igrejas**», como às igrejas protestantes. O problema é a forma de as integrar.

Actualmente, existe uma capelania das Forças Armadas, que tem cerca de 30 padres. Todos fizeram treino militar, têm patentes como os outros militares e quadro próprio. Entre as suas funções habituais, acompanham os contingentes militares em missão no estrangeiro.

A questão é saber se os futuros representantes terão direito a um vínculo permanente de trabalho com as Forças Armadas, tendo em conta os custos que isso acarreta.

Nos serviços prisionais, esta discussão não foi ainda iniciada.

CA/GR/HA